

PLANEJAMENTO INTEGRADO DO TURISMO RURAL SUSTENTÁVEL E AGRICULTURA FAMILIAR PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: METAS E AÇÕES

Eva Blaszczyk Gaweleta

Vivenda Mata
São Matheus do Sul, Paraná, Brasil
Email: eva.blaszczyk@gmail.com
ORCID: 0000-0002-5959-4558

Patricia Bilotta

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local (PPGDL-UNISUAM)
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
Núcleo de Estudos em Ecosocioeconomia (UFPR)
Curitiba, Paraná, Brasil
Email: pb.bilotta@gmail.com
ORCID: 0000-0002-2463-2331

Recebido em: 24/02/2022 e Aceito em 20/07/2022

DOI: [10.5380/guaju.v8i1.84812](https://doi.org/10.5380/guaju.v8i1.84812)

Resumo

O objetivo deste estudo é sistematizar as articulações existentes entre metas e ações previstas nos programas de fomento ao turismo rural sustentável e agricultura familiar, para promover o desenvolvimento regional. A Agenda 2030 das Nações Unidas contempla direta ou indiretamente o turismo sustentável e a agricultura familiar em vários Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), o que reforça a relevância desta pesquisa. O estudo teve como recorte o estado do Paraná por se destacar na agricultura familiar no cenário nacional. Etapas da pesquisa: a) levantar políticas de fomento ao turismo rural sustentável; b) identificar ações e executores; c) propor um sistema articulado. Este trabalho mostrou que as políticas vigentes demandam: integração entre os agentes públicos executores e o público-alvo; institucionalização dos programas PNTRAF (Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar) e PTRP (Programa de Turismo Rural do Paraná); ampla divulgação e fortalecimento das linhas de financiamento do PRONAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar); utilização de instrumentos de averiguação contínua do impacto das políticas no desenvolvimento socioeconômico do público-alvo; e criação de comitês para apoiar o planejamento de medidas efetivas ao desenvolvimento rural regional.

Palavras-chave: Políticas públicas; Agricultura sustentável; agenda 2030.

Integrated planning of sustainable rural tourism and family agriculture to promote regional development: goals and actions

Abstract

The aim of this study is to systematize the existing articulations between goals and actions foreseen in programs to promote sustainable rural tourism and family farming to promote regional development. The United Nations Agenda 2030 contemplates directly or indirectly sustainable tourism and family farming in several Sustainable Development Goals (SDGs), which reinforces the relevance of this research. The study was based on the state of Paraná because of its prominence in family farming on the national scenario. Stages of the research: a) to raise policies to promote sustainable rural tourism; b) to identify actions and executors; c) to propose an articulated system. This work showed that current policies demand: integration between the public agents and the target audience; institutionalization of the programs PNTRAF (National Program of Rural Tourism in Family Farming) and PTRP (Rural Tourism Program of Paraná); wide dissemination and strengthening of PRONAF (Program for Strengthening Family Agriculture) financing lines; use of instruments for continuous assessment of the impact of policies on the socioeconomic development of the target audience; and creation of committees to support the planning of effective measures for regional rural development.

Keywords: *Public policies; Sustainable agriculture; agenda 2030.*

1 Introdução

A agricultura familiar é uma atividade econômica dentro do agronegócio brasileiro, considerada estratégica para a sustentação do homem no campo, a geração de trabalho e a redistribuição de renda. Segundo o Censo Agropecuário de 2006, a agricultura familiar compreende mais de 84% dos estabelecimentos rurais do território nacional e mais de 12 milhões de pessoas estão vinculadas a esta atividade, o que representa 74,4% da força de trabalho do meio rural (IBGE, 2006). Ela também é responsável por uma parcela significativa da produção de alimentos no país - mandioca (87%), feijão (70%), milho (46%), café (38%), arroz (34%), leite (58%), plantel de suínos (59%), de aves (50%) e rebanho bovino (30%) (IBGE, 2006), contribuindo de forma significativa para a diversidade de gêneros alimentícios oferecidos aos mercados consumidores (SOUZA et al., 2014).

Além das atividades agropecuárias, alguns estabelecimentos desenvolvem o turismo rural e, nas propriedades familiares, o turismo rural sustentável. Em 2006, haviam 3.551 propriedades que atuavam no turismo rural como mais uma alternativa de renda, sendo 2.188 apenas na categoria agricultura familiar, as quais movimentaram cerca de R\$ 13,5 milhões por ano (IBGE, 2006).

Historicamente, o turismo rural se desenvolveu no país em razão do aumento da demanda da população urbana por espaços para interação com a natureza e da necessidade de diversificação de atividades agrícolas das famílias no campo, ao longo do tempo (SOUZA et al., 2014) e sua integração com a agricultura familiar tem crescido nos últimos anos, pelos benefícios econômicos e sociais (RIVA; BERTOLINI, 2017).

Com o acesso à informação, produtores rurais abriram suas propriedades para apresentar suas técnicas de produção e oferecer atividades turísticas de lazer, gastronomia, hospedagem e esporte, além de incorporarem o comércio de produtos de origem agroindustrial (doces, queijos e embutidos) e a prestação de serviços (PADILHA et al., 2015).

Uma vez reconhecida a potencialidade do turismo rural na agricultura familiar, políticas públicas foram criadas com o intuito de: 1) promover a fixação do homem no campo; 2) viabilizar e diversificar atividades comerciais em propriedades familiares; 3) contribuir para o desenvolvimento regional da agricultura familiar; e 4) facilitar o acesso aos mercados consumidores e a linhas de microcrédito rural para atender as demandas desse segmento (STRATE; CONTERATO, 2018; GALDINO; COSTA, 2011; BEGNINI, 2010).

Porém, durante muitos anos elas beneficiaram quase que exclusivamente os grandes latifundiários, por conta da escala das operações, o que levou muitos agricultores familiares a deixarem o seu modo tradicional e sustentável de produção para buscar trabalho nas cidades (PAULA et al., 2014). Mais tarde, na década de 1990, novas linhas de financiamento foram criadas para investimento na agricultura familiar, mas as pequenas propriedades se encontravam descapitalizadas pelos baixos preços pagos pelos produtos primários, sem condições de garantia do pagamento dos financiamentos, e desprovidas de capacitação (baixa escolaridade) para terem acesso aos recursos disponibilizados pelo governo (CARMO; CLEMENTE, 2018; MATTEI, 2014) com o lançamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) com o lançamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF Assim, os agentes financeiros priorizaram agricultores em condição financeira favorável e isso resultou em desigualdade social (SOUZA, 2013).

O objetivo deste estudo é sistematizar as articulações existentes entre metas e ações previstas nos programas de fomento ao turismo rural sustentável e agricultura familiar, para promover o desenvolvimento regional. O estudo teve como recorte o estado do Paraná por se destacar na agricultura familiar no cenário nacional (81,63% dos estabelecimentos rurais do estado se enquadram nessa categoria) (IBGE, 2006). Como produto da pesquisa, um sistema de articulações foi construído, com o propósito de fornecer subsídios para fortalecer a modalidade de turismo rural sustentável no âmbito de políticas públicas e de seus agentes executores.

A Agenda 2030 das Nações Unidas (17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS) contempla direta ou indiretamente o tema do turismo sustentável e da agricultura familiar em vários ODSs, principalmente nos objetivos: (2) “Fome zero e agricultura familiar”; (12) “Consumo e produção responsáveis”; e (17) “Parcerias e meios de implementação” (ONU, 2021). Isso reforça a importância deste tema no contexto do planejamento regional.

2 Evolução e características do turismo rural no Brasil

O turismo rural é uma modalidade demandada por um segmento de mercado que valoriza, preserva e fortalece as características naturais e culturais de uma região (MAIA, 2015). Seu surgimento se deve a dois fatores principais: i) o crescimento da população urbana, que busca espaços para interação direta com a natureza; e ii) a necessidade de diversificação de atividades agrícolas no campo, já que ao longo do tempo as propriedades rurais têm passado por constantes transformações (SOUZA *et al.*, 2014).

Segundo o Ministério do Turismo, esse segmento engloba um conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural e que são incorporadas à produção agropecuária tradicional, as quais resgatam o patrimônio cultural e natural da comunidade, além de agregar valor aos produtos e serviços oferecidos (BRASIL, 2008), por isso a sua importância no contexto econômico e ambiental.

O turismo rural está dividido em dois grandes grupos: 1) o tradicional, com a história da imigração no Brasil; e 2) o contemporâneo, inserido quando a atividade turística se tornou um setor da economia. O segmento contemporâneo compreende hotéis-fazenda, pousadas, *spas*, *campings* e acampamentos rurais - atrativos que podem ser utilizados por proprietários que vivem ou não no meio rural; já o segmento tradicional contempla o uso de atrativos históricos e culturais e visa complementar a renda dos proprietários rurais

(RODRIGUES, 2001). O Quadro 1 apresenta as três modalidades de turismo rural tradicional (agrícola, pecuarista e colonização europeia).

Quadro 1. Modalidades do turismo rural tradicional.

ORIGEM	CARACTERÍSTICAS
Agrícola	Propriedades de produção agrária estabelecidas no Brasil durante o ciclo do café e que passaram a oferecer atividades de turismo rural nas sedes das fazendas. Os serviços turísticos oferecidos estão relacionados à hospedagem e atividades voltadas ao setor agrícola (por ex. colheita de frutas em pomares, ordenha e pesque-pague).
Pecuarista	Três aspectos estão associados a essa origem: propriedades localizadas em áreas onde a atividade de criação de gado foi utilizada como instrumento de apropriação de território no início da colonização (interior do Nordeste e Centro-Oeste do país); a crise cafeeira na região Sudeste que estimulou a produção de gado leiteiro; as cidades localizadas ao longo do caminho das tropas - via terrestre que ligava as regiões Sul e Sudeste (Sorocaba/SP) para comercialização de mercadorias e animais.
Migração europeia	Sua origem está relacionada com a história da imigração europeia no Brasil - destaque para propriedades localizadas nos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo e Espírito Santo. As propriedades rurais cujo patrimônio histórico apresentava características da imigração europeia passaram a explorar o turismo como atividade complementar à atividade principal, oferecendo serviços de hospedagem e comercialização de produtos artesanais de origem rural advindos da agricultura familiar (por ex.: pães, biscoitos, licores, mel, verduras, legumes).

Fonte: Rodrigues (2001)

A iniciativa do turismo rural tradicional no Brasil surgiu com os próprios agricultores que abriram suas propriedades para oferecer serviços turísticos como alternativa para complementar a renda da família (RIVA; BERTOLINI, 2015). Assim, o turismo rural tradicional se tornou uma opção para diminuir o êxodo rural e proporcionar inclusão social e melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares (MAIA, 2015), que compreendem mais de 84% dos estabelecimentos rurais no país (IBGE, 2006).

Com o acesso à informação, alguns produtores rurais abriram suas propriedades para apresentar técnicas de produção aos visitantes e oferecer atividades turísticas de lazer, gastronomia, hospedagem e esporte, além de incorporarem o comércio de produtos de origem agroindustrial provenientes de suas atividades e a prestação de serviços (PADILHA et al., 2015). O turismo rural também contribui para a fixação de capital humano jovem no campo, diante dos desafios da modernização e mecanização dos sistemas de produção agrícola, com impacto direto na empregabilidade, na medida em que proporciona fonte adicional de renda (GRIS; LAGO; BRANDALISE, 2017).

Surgiu, então, uma nova compreensão de ruralidade, na qual atividades tradicionais, como agricultura e pecuária, passam a compartilhar espaço com aquelas não agrícolas, como o turismo rural. O turismo rural induziu o desenvolvimento econômico e social local, pois permitiu a manutenção dos agricultores em suas propriedades e proporcionou a valorização de suas atividades tradicionais, por meio da comercialização direta de produtos e serviços com os visitantes (PADILHA et al., 2015; MAIA, 2015).

O turismo rural é uma modalidade que favorece a manutenção das famílias no campo, porém essa atividade ainda carece de planejamento e organização, no que se refere ao levantamento de potencialidades e à minimização de fragilidades do local estudado (CAROLINE et al., 2016). Assim, o papel das entidades de assistência técnica e de extensão rural é fundamental para apoiar o desenvolvimento do turismo rural na agricultura familiar (GOERCK, 2017).

3 Procedimento Metodológico

3.1 Descrição da Área de Estudo

Definiu-se como recorte de pesquisa o estado do Paraná, que se destaca em relação a outros estados brasileiros por manter uma produção familiar agropecuária diversificada, destinada à alimentação humana, animal e industrial. Isso ocorre, principalmente, devido ao grande número de propriedades familiares espalhadas pelo estado (PARANÁ, 2007).

Segundo o último censo agropecuário realizado em 2006, o Paraná contava com 371.051 estabelecimentos rurais, dos quais 302.907 são agricultura familiar, que desenvolvem, em sua maioria, atividades ligadas ao cultivo de lavouras e o semeio de pastagens para criação animal (IBGE, 2006).

A pluralidade cultural também é um diferencial no estado do Paraná. Segundo Mielke (2010), há cerca de 28 etnias que compreendem descendentes de imigrantes alemães, holandeses, poloneses, ucranianos e japoneses e que, de alguma forma, ainda preservam a cultura, os costumes e as tradições repassadas de geração em geração. Um exemplo disso é a colônia Witmarsum, localizada no município de Palmeira, fundada por alemães menonitas e que ainda preserva a sua tradição por meio da gastronomia, arquitetura e de manifestações culturais, como danças folclóricas e grupos de música instrumental.

Também vale destacar a chegada dos exploradores portugueses, que deram origem à cidade de Paranaguá, e do tropeirismo, que ligava a região Sul ao Sudeste e Centro-Oeste do país para comercialização de mercadorias e animais de carga no início do século XVIII (MATIAS; MASCARENHAS, 2008).

As cidades da Lapa, Palmeira, Balsa Nova, Castro, Carambeí e Tibagi foram estabelecidas como consequência do tropeirismo e, por esse motivo, elas ainda mantêm uma rica tradição rural (VIANA et al., 2009). A cidade de Castro, por exemplo, possui fazendas históricas utilizadas pelos tropeiros como ponto de parada de suas viagens que se transformaram em locais de hospedagem e alimentação para turistas (RODRIGUES, 2001).

A demanda por turismo no espaço rural também estimulou o surgimento de rotas e roteiros em propriedades familiares do Paraná, tais como: 1) Caminhos de Guajuvira (Araucária); 2) Caminho do Vinho (São José dos Pinhais); 3) Circuito da Natureza (Almirante Tamandaré); 4) Circuito de Turismo Rural (São Luiz do Purunã/Balsa Nova); 5) Circuito Italiano de Turismo Rural (Colombo); 6) Circuito de Turismo Rural Verde Que Te Quero Verde (Campo Magro); 7) Circuito Sabiá - Turismo na Agricultura Familiar (Matelândia); e 8) Roteiro Polonês-Ucraniano de Turismo Rural (Mallet) – seis deles estão localizados na região metropolitana de Curitiba (PARANÁ, 2016).

No ano de 2006 foram registrados 274 estabelecimentos rurais que desenvolviam atividades ligadas ao turismo rural no Paraná, sendo 164 propriedades destinadas a agricultura familiar, que movimentaram juntas mais de R\$ 1 milhão ao ano (IBGE, 2006). Portanto, trata-se de uma atividade com grande potencial econômico.

3.2 Levantamento e análise dos dados

O desenvolvimento da pesquisa foi dividido em 4 etapas: 1) levantamento das políticas públicas (âmbito federal e estado do Paraná) voltadas ao turismo rural na agricultura familiar; 2) análise de conteúdo documental (BARDIN, 1977) e identificação das organizações governamentais designadas para execução das ações previstas nas políticas públicas (Paraná); 3) verificação das atividades designadas pelas organizações governamentais; 4) análise das informações obtidas nas etapas anteriores e construção do sistema de articulações. O Quadro 2 apresenta a matriz de pesquisa.

Quadro 2. Descrição metodológica da pesquisa

Conteúdo	Ações realizadas
Etapa 1	<ul style="list-style-type: none">- Pesquisa exploratória nos sites oficiais de órgãos públicos federais e estadual (Paraná) designados a divulgar leis, decretos, portarias, resoluções, instruções, programas e planos referentes a políticas públicas, utilizando-se as palavras-chave “turismo rural” e “agricultura familiar”.- Seleção dos documentos que apresentaram retorno positivo para a busca realizada.
Etapa 2	<ul style="list-style-type: none">- Leitura sistematizada dos documentos selecionados na etapa 1 para identificar: 1) atores federais e estadual (Paraná) responsáveis por elaborar e acompanhar a execução das políticas públicas sobre o turismo rural na agricultura familiar; 2) organizações governamentais responsáveis por executar as ações previstas nas políticas públicas junto aos agricultores familiares no Paraná.- Critérios adotados para identificar as organizações: 1) atuação efetiva no estado do Paraná; 2) execução de ações práticas voltadas ao turismo rural junto aos agricultores familiares (por ex. cursos de capacitação, consultoria, serviços de assistência técnica e extensão rural).
Etapa 3	<ul style="list-style-type: none">- Pesquisa exploratória nos endereços eletrônicos oficiais das organizações governamentais selecionadas na etapa 2, para identificar sua atuação efetiva nas ações práticas para promover o turismo rural na agricultura familiar.- Levantamento de relatórios técnicos junto às organizações governamentais, bem como visitas técnicas, para complementar a análise das ações.
Etapa 4	<ul style="list-style-type: none">- Análise e interpretação dos resultados das etapas anteriores, construção de um sistema de relações existentes entre os atores envolvidos e proposição de um novo sistema de articulações para promover melhorias na troca de informações entre todos os atores envolvidos no processo de implementação do turismo rural na agricultura familiar.

Fonte: Elaboração própria

4 Resultados e discussão

4.1 Análise das políticas públicas no contexto do turismo rural na agricultura familiar

A partir da pesquisa documental foram identificadas três políticas públicas, no âmbito federal e no Paraná. São elas: 1) o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); 2) o Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar (PNTRAF); e 3) o Programa de Turismo Rural do Paraná (PTRP). O Quadro 3 apresenta o resultado da análise dessas políticas.

A partir da pesquisa documental realizada no site oficial da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (2018), verificou-se que o PRONAF possui 12 linhas de crédito que podem ser pleiteadas por agricultores familiares: 1) custeio; 2)

alimentos e investimento; 3) agroindústria; 4) agroecologia; 5) eco; 6) floresta; 7) semiárido; 8) mulher; 9) jovem; 10) custeio e comercialização; 11) cota-parte; e 12) microcrédito rural (BRASIL, 2016).

Para identificar as linhas de crédito do PRONAF de interesse desta pesquisa, utilizou-se a classificação dos serviços e atividades de turismo rural na agricultura familiar definida pela Lei Estadual nº 15.143 de 2006: i) comercialização de alimentos *in natura* e transformados; comercialização de artesanato; ii) serviços de lazer, alimentação e hospedagem; iii) produção rural e os serviços ambientais em áreas naturais, com o ecoturismo; e iv) atividades de educação ambiental realizadas na propriedade com a expansão do turismo rural pedagógico (PARANÁ, 2006).

Verificou-se a existência de duas linhas de crédito para financiamento de atividades ou serviços relacionados ao turismo rural, que podem ser pleiteadas por agricultores familiares: i) o PRONAF Agroindústria; ii) o Microcrédito Rural. A primeira linha financia a implantação, a ampliação, a recuperação e a modernização de agroindústrias, para transformar matérias-primas de origem extrativista e artesanal, provenientes da agricultura e pecuária, em produtos industrializados e facilitar sua comercialização (por ex. embutidos, queijos, conservas, pães e doces). A segunda linha permite estruturar e diversificar a unidade produtiva, disponibilizando recursos para agricultores com interesse em investir em atividades agrícolas e não agrícolas geradoras de renda, como é o caso do turismo rural (BRASIL, 2016).

Quadro 3. Políticas públicas para promover o turismo rural sustentável na agricultura familiar.

POLÍTICAS	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)	Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar (PNTRAF)	Programa de Turismo Rural do Paraná (PTRP)
ÂMBITO/ANO DE CRIAÇÃO	Federal/1996	Federal/2004	Estadual/2007

OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> Fortalecer as atividades desenvolvidas pelo produtor familiar, de forma a integrá-lo à cadeia de agronegócios proporcionando aumento de renda agregando valor ao produto e à propriedade. 	<ul style="list-style-type: none"> Promover o desenvolvimento rural sustentável, mediante implantação e fortalecimento das atividades turísticas pelos agricultores familiares. 	<ul style="list-style-type: none"> Estruturar a cadeia do turismo rural Fortalecer o meio rural Identificar e valorizar as vocações para o turismo rural Possibilitar a transversalidade do turismo rural Permitir a capitalização do agricultor familiar Proporcionar a inclusão social Fortalecer o turismo rural como segmento Gerar comprometimento com os resultados propostos
BENEFÍCIOS	<ul style="list-style-type: none"> Econômicos e sociais (financiamento de atividades e serviços com as menores taxas de juros do mercado) 	<ul style="list-style-type: none"> Econômicos e sociais (aumento da renda pela comercialização direta de produtos e valorização da agricultura familiar) Culturais (dinamização da cultura rural e manutenção da história, da identidade e da autenticidade das famílias) Ambientais (preservação e uso consciente dos recursos naturais como atrativo turístico) 	
RESTRIÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> Falta de orientação sobre os procedimentos para acesso aos recursos 	<ul style="list-style-type: none"> Falta de institucionalização para efetividade do programa 	<ul style="list-style-type: none"> Falta de institucionalização para efetividade do programa
PÚBLICO-ALVO	<ul style="list-style-type: none"> Agricultores familiares, conforme Lei 11.326/2006: - Possuem área rural total igual ou inferior a quatro módulos fiscais - Utilizam mão-de-obra predominantemente da própria família - Tenham renda familiar originada pelas atividades da propriedade, na forma definida pelo Poder Executivo de cada município - Dirijam a propriedade com a família 		

Fonte: Elaboração própria.

Os agricultores interessados devem procurar o sindicato rural, ou uma empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para obter a Declaração de Aptidão (DAP), que indicará a linha de crédito que o agricultor tem direito (BRASIL, 2016). Entretanto, apesar dos avanços na criação de linhas diferenciadas de crédito, o PRONAF ainda não atende grupos de agricultores descapitalizados e socialmente vulneráveis. Isso decorre da falta de orientação e esclarecimento aos agricultores sobre os procedimentos necessários para a solicitação de recursos, uma vez que boa parte deles possui baixo nível de escolaridade e apresenta dificuldade para obter a documentação exigida para acesso ao crédito (CARMO; CLEMENTE, 2018) com o lançamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Entende-se que o acesso à informação é um fator fundamental para o desenvolvimento da agricultura familiar, como preveem as políticas públicas. Nesse sentido, a iniciativa deve ocorrer a nível municipal. As empresas de Ater e os sindicatos rurais devem contribuir de forma mais efetiva nesse processo, formando uma rede de cooperação local que atue em torno de um objetivo comum, divulgando suas atribuições em meios que o agricultor tenha acesso, como rádios locais e eventos comunitários, por exemplo.

Fossá et al. (2018) entrevistaram agricultores familiares e verificaram que para os pequenos produtores rurais o PRONAF é uma importante política de crédito destinada ao investimento de recursos financeiros para o setor, cujos benefícios incluem a melhoria da qualidade de vida das famílias e a inclusão socioproductiva. Porém, os mesmos entrevistados apontam como pontos de preocupação os riscos com endividamento das famílias e a burocracia no acesso aos recursos oferecidos pelo PRONAF.

Com relação ao PNTRAF, há uma série de ações que visam apoiar o turismo rural em propriedades familiares, como: (1) formação e capacitação continuada; 2) disponibilização de crédito; 3) orientação sobre legislações; e 4) apoio e promoção de serviços turísticos no mercado (BRASIL, 2004). Segundo Bonetti e Candiotto (2012), o PNTRAF propõe uma articulação nacional entre organizações governamentais, técnicos e agricultores familiares para promover o turismo rural na agricultura familiar.

Entretanto, a partir da análise do PNTRAF, verificou-se a ausência de sinalização sobre quais são as organizações designadas para executar as ações previstas no programa, o que faz com que as entidades parceiras não executem ações práticas que estimulem atividades não agrícolas nas propriedades rurais. Rameh e Santos (2011) apontam que no estado de Pernambuco, por exemplo, praticamente todos os extensionistas desconhecem as diretrizes do PNTRAF.

Assim, percebe-se que quando a responsabilidade na execução das ações práticas é determinada por eventuais acordos, a execução se torna fragilizada e, como consequência, os principais usuários do programa não são favorecidos de forma significativa. Por esse motivo, sugere-se que o PNTRAF passe por uma revisão e a institucionalização das responsabilidades de cada organização na execução de suas ações seja incorporada.

Por fim, o Programa de Turismo Rural do Paraná (PTRP) visa fortalecer o desenvolvimento do turismo rural na agricultura familiar de forma sustentável por compreender, em seus objetivos, aspectos sociais, econômicos e ambientais (PARANÁ, 2007).

Com a realização desta pesquisa, não foram identificados trabalhos na literatura a respeito desse programa. Entretanto, a partir da análise do PTRP verificou-se que, assim como no PNTRAF, não há institucionalização que defina as atribuições das organizações envolvidas na execução das ações práticas para fortalecer, de maneira efetiva, o turismo rural na agricultura familiar no estado do Paraná.

A institucionalização é uma ferramenta básica para que as organizações tomem consciência do seu papel no processo desenvolvimento do setor e para que os agricultores familiares saibam a quem recorrer para o atendimento de suas necessidades. Propõe-se, portanto, que o Programa de Turismo Rural do Paraná também passe por uma revisão e que sejam sinalizadas as responsabilidades das organizações governamentais designadas para que as ações previstas alcancem os agricultores familiares.

4.2 Organizações governamentais designadas

A criação de políticas públicas no contexto do turismo rural na agricultura familiar revela o reconhecimento da importância do assunto no âmbito nacional e estadual (Paraná). Todavia, sua efetividade depende forçosamente do alcance das ações práticas desempenhadas pelos atores governamentais designados para atuarem junto aos agricultores familiares, para o cumprimento do propósito das políticas.

Neste estudo verificou-se que as políticas públicas não indicam de maneira direta quais são as organizações responsáveis pela execução de suas ações. A partir de um levantamento realizado nos endereços eletrônicos oficiais das organizações governamentais designadas pelos programas, identificou-se os seguintes agentes: 1) Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); 2) Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER); 3) Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR); 4) Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/PR); e 5) Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR/PR).

A análise de cada um desses agentes resultou nas seguintes reflexões: a) Embora a EMBRAPA seja um ator executor do PRONAF e do PNTRAF, a pesquisa revelou que não há ações práticas de fomento ao turismo rural executadas por ela no estado do Paraná. Nesse sentido, há uma lacuna nos trabalhos de assistência técnica e extensão rural prestados pela EMBRAPA, uma vez que ela possui acesso direto aos agricultores familiares. No Rio Grande do Sul, por exemplo, a EMBRAPA leva conhecimento técnico sobre estruturas

com potencial para atender turistas, que contribuem com a geração de renda complementar à atividade principal (PADILHA et al., 2015);

b) A EMATER/PR é designada pelo Programa de Turismo Rural do Paraná como a principal parceira para o desenvolvimento do turismo rural no estado. Ela coordena, junto à Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SEAB), ações realizadas em áreas rurais com o intuito de fortalecer o turismo rural das regiões com potencial agrícola e contribui com a diversificação da renda dos agricultores familiares (PARANÁ, 2019). Uma das ações realizadas pela EMATER/PR são as caminhadas na natureza, que oportunizam a comercialização de produtos e serviços oferecidos pelos agricultores, levando ao aumento da renda familiar (TONIOL; STEIL, 2012). A motivação para a participação dos agricultores nas caminhadas na natureza não é apenas financeira, pois elas também expressam valores, como união e cooperação, o que demonstra a importância dos laços sociais entre os membros da comunidade (BASTARZ; SOUZA, 2013). As caminhadas na natureza também auxiliam na valorização da autenticidade das atividades tradicionais, culturais e naturais do território onde o turismo rural ocorre, criando um espaço de convivência e troca, em que as tradições e o patrimônio histórico-cultural da comunidade são preservados e fortalecidos, contribuindo para a conservação da paisagem local, como forma mais importante de proteção do patrimônio natural (TONIOL; STEIL, 2012);

c) A OCEPAR também foi citada como organização executora das políticas públicas, com ações relacionadas ao turismo rural cooperativo. A pesquisa exploratória mostrou que a OCEPAR não atua com ações práticas junto aos agricultores familiares, mas a Cooperativa Paranaense de Turismo (COOPTUR), que é filiada a ela, executa tais ações no estado. A COOPTUR foi criada em 2004 e é considerada a primeira cooperativa brasileira de turismo, com o intuito de estruturar e promover atividades turísticas nas localidades onde vivem descendentes e imigrantes de holandeses, alemães e ucranianos, que desenvolvem atividades econômicas baseadas em cooperativas de produção (SOARES; SAHR, 2016; MIELKE; PEGAS, 2013). Sua primeira atuação foi na Colônia Witmarsum (município de Palmeira/PR) com um projeto piloto do “Programa de Turismo Rural Cooperativo”, cujo objetivo era promover e desenvolver áreas rurais com a implantação de modelos de gestão e organização social para agregar renda às atividades tradicionais (SOARES; SAHR, 2016). O projeto mobilizou integrantes da própria comunidade e também organizações externas. Tanto a COOPTUR quanto o SEBRAE atuam na Colônia Witmarsum para levar conhecimento

técnico sobre a importância dos saberes tradicionais e apoiar o desenvolvimento de serviços turísticos (hospedagem, gastronomia, transporte, condução de visitantes). Apesar dos relatos de que os atores locais alegam terem desenvolvido suas atividades turísticas sem auxílio externo, eles sinalizam que grande parte das informações sobre a organização do turismo foram repassadas pelas duas organizações (ZDEPSKI; BULGACOV, 2014);

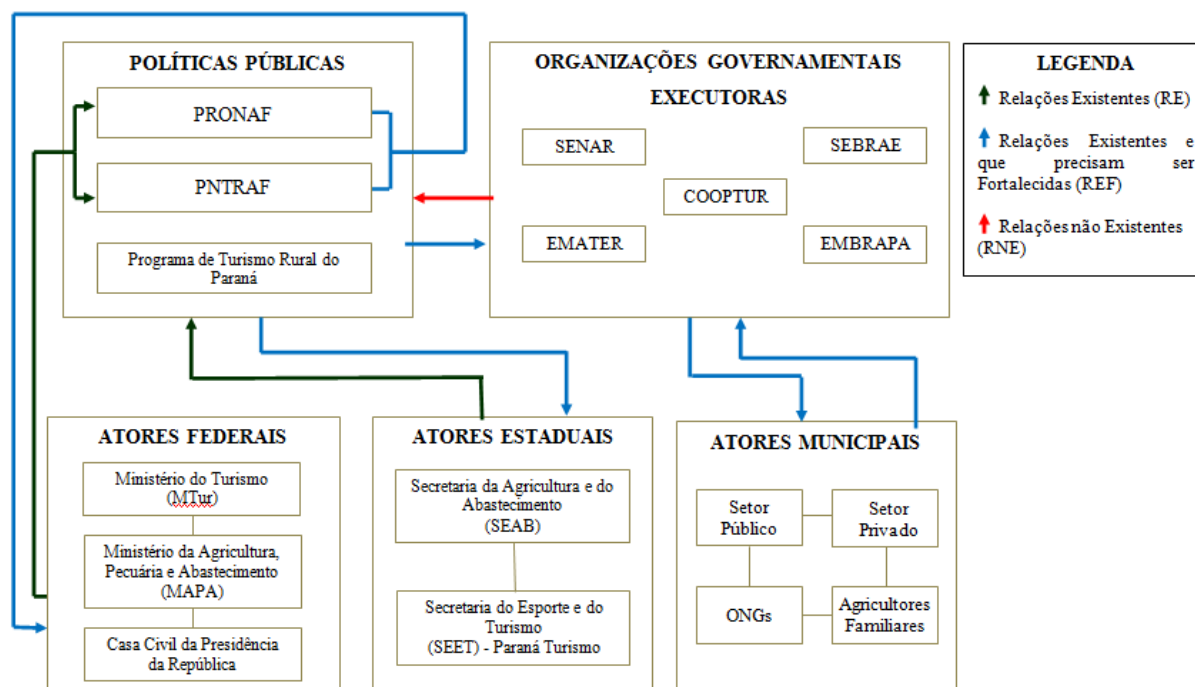
d) O SEBRAE não atua diretamente no fomento do turismo rural em propriedades familiares, mas ele presta consultoria em dois programas prioritários que envolvem o agronegócio no estado do Paraná e que influenciam, de maneira indireta, no turismo rural. São eles: i) o Programa de Indicação Geográfica (IG); e ii) o Programa Selo Alimentos do Paraná. No caso do IG, o SEBRAE auxilia as associações no processo de obtenção do registro junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). Esse registro é uma forma de identificar a origem de produtos ou serviços produzidos em uma determinada área geográfica evidenciando suas qualidades ou características intrínsecas à sua origem (SEBRAE, 2016). Áreas com IG são reconhecidas pela qualidade dos produtos e serviços que são ofertados, e isso estimula o interesse dos visitantes por experiências pessoais nessas regiões (NASCIMENTO et al., 2012). O aumento da atividade turística tem sido uma realidade em várias localidades brasileiras, a exemplo da primeira IG “Vale dos Vinhedos”, que trouxe muitas oportunidades de negócios e novos postos de trabalho àquela região vinícola. Além desses, outros exemplos podem ser citados. O presente trabalho objetiva discutir a relação entre as Indicações Geográficas e o desenvolvimento do Turismo de uma determinada região. A discussão oferece ainda espaço para a criação de novos nichos de mercado, como o Turismo, a ser agregado com o desenvolvimento de uma IG acrescentando um diferencial competitivo importante para os produtores. A pesquisa baseou-se em roteiros turísticos já presentes em algumas IGs, como o Enoturismo e o Turismo de Aventura na Serra Gaúcha no Vale dos Vinhedos e o modo de produção da cachaça em Paraty (RJ). O Vale dos Vinhedos, por exemplo, teve suas oportunidades econômicas ampliadas depois da obtenção da IG, pois isso estimulou atividades ligadas ao enoturismo, como a oferta de visitas guiadas para observação do processo de produção e degustação de vinhos e de serviços turísticos relacionados à hotelaria, gastronomia, passeios, cursos e artesanato (MARINS, CABRAL, 2015). No Paraná já foram outorgados 7 registros de IG, sendo 6 deles para Indicação de Procedência (IP) - quando o nome do local se torna conhecido por produzir, extrair ou fabricar algum produto ou prestar algum serviço: 1) queijo (Colônia Witmarsun/Palmeira); 2) goiaba (Carlópolis); 3) uvas finas de mesa (Marialva); 4) cafés especiais (Norte Pioneiro); 5) mel (oeste do Paraná); 6)

Erva mate (São Mateus do Sul); e para Denominação de Origem (DO) - quando determinada característica ou qualidade do produto ou serviço é atribuída exclusivamente à sua origem geográfica, incluindo fatores naturais e humanos: 1) mel (Ortigueira) (INPI, 2019). Apesar de nenhum dos registros IGs serem destinados exclusivamente ao turismo, o fortalecimento da atividade principal e o aumento das visitas nas regiões indicadas ampliam a possibilidade de atividades relacionadas ao turismo, assim como ocorreu no Vale dos Vinhedos/RS. Já no Programa Selo Alimentos do Paraná, o SEBRAE/PR auxilia na gestão de processos de produção de pequenas empresas, como agroindústrias e distribuidores de micro e pequeno porte nos segmentos de alimentos e bebidas (SEBRAE/PR, 2016). Apesar de não se tratar de um programa que influencia diretamente o turismo rural em propriedades familiares, ele apoia pequenas empresas em novas possibilidades de comercialização dos seus produtos, contribuindo localmente na interação entre os muitos atores envolvidos na formação dos produtos, como a gastronomia típica, por exemplo (TOMIO; SCHMIDT, 2014);

e) Por fim, o SENAR oferece 9 cursos de capacitação no Paraná, voltados ao segmento do turismo rural, os quais abordam lazer, alimentação, hospedagem, artesanato e serviços ambientais realizados em áreas naturais (atividades previstas na Lei Estadual nº 15.143 de 2006). A extensão rural é uma ferramenta educativa e transformadora que promove a melhoria da produtividade e da qualidade de vida dos agricultores familiares. Nesse sentido, a participação de agricultores familiares nos cursos promovidos pelo SENAR/PR possibilita a criação de novas oportunidades de negócio e facilita a expansão de negócios complementares. Além disso, os cursos de capacitação criam possibilidades de carreira para os jovens, envolvendo-os diretamente na execução de atividades turísticas no âmbito familiar (SANTOS et al., 2018).

A atuação das organizações governamentais designadas se mostra extremamente importante na capacitação de atores locais para o desenvolvimento de atividades turísticas com o propósito de agregar renda às atividades tradicionais, valorizar e preservar a cultura, a história e os saberes locais. Todavia, para que esse processo seja efetivo é necessário o empenho e a participação articulada dos atores locais (agricultores, entidades públicas e privadas municipais e organizações não governamentais), atores externos (políticas públicas e órgão responsáveis por sua elaboração no âmbito federal ou estadual) e das organizações executoras das ações, que fomentam o desenvolvimento do turismo rural em propriedades familiares (TOMIO; SCHMIDT, 2014).

4.3 Articulações entre os atores



Fonte: Elaboração própria.

A implementação das políticas públicas está centrada nas relações existentes entre as esferas de planejamento (federal, estadual e municipal) e os agentes executores (organizações governamentais designadas), todavia, a troca de informações entre esses atores carece de instrumentos de monitoramento e avaliação dos impactos das ações previstas e aquelas efetivamente realizadas. Isso pode fragilizar o cumprimento dos objetivos dos programas analisados e comprometer a dinâmica das políticas destinadas ao fomento do turismo rural em propriedades familiares (AZEVEDO; PESSOA, 2011). Portanto, é necessário fortalecer a integração entre esses atores.

Constatou-se também que os programas analisados não definem claramente as responsabilidades de cada organização executora designada, e isso resulta em lacunas nas ações previstas pelas políticas ou mesmo na sobreposição de funções, pela dificuldade em identificar as atribuições de cada instituição.

Outra questão identificada é que não existe uma estrutura administrativa responsável por divulgar os serviços oferecidos pelas organizações designadas (COOPTUR; EMATER; SEBRAE; SENAR), e isso pode explicar o fato de que muitos agricultores desconhecem os serviços disponibilizados, devido às limitações de acesso a informações.

Como consequência, os programas de incentivo ao turismo rural em propriedades familiares podem ter alcance reduzido nas experiências locais (CANDIOTTO, 2012).

5 Conclusão

Existem três políticas públicas que fomentam o turismo rural sustentável na agricultura familiar, sendo duas de abrangência nacional (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF; Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar - PNTRAF) e uma de domínio estadual (Programa de Turismo Rural do Paraná - PTRP). Como destaque, o PRONAF financia atividades e serviços com taxas de juros diferenciadas, o PNTRAF promove o desenvolvimento de atividades turísticas por meio da integração nacional entre organizações governamentais, técnicos e agricultores familiares, e o PTRP fortalece a integração entre os setores agropecuário e turístico a partir de ações que estruturam e promovem a fabricação e a comercialização de produtos da agricultura familiar.

Todavia, apesar da existência dessas públicas, constatou-se que suas metas são apenas parcialmente alcançadas, pois sua implementação ainda requer esforços na integração entre os atores públicos (executores das metas dos programas) e os agricultores (atores beneficiários dos programas), e no estreitamento do diálogo entre os formuladores das políticas e os agricultores (por intermédio dos agentes públicos), nas três esferas (federal, estadual e municipal). Quando há articulação as ações têm efetividade.

A estruturação resultante deste trabalho mostrou a necessidade de institucionalização dos programas PNTRAF e PTRP (designação formal dos órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis e executores), ampla divulgação das ações do PRONAF (sensibilização dos agricultores com reuniões, palestras, eventos comunitários, entrevistas em jornais e rádios, distribuição de material pedagógico, entre outros, com linguagem objetiva e acessível), fortalecimento das linhas de financiamento do PRONAF e utilização de instrumentos de averiguação do real impacto das políticas no desenvolvimento econômico e na qualidade de vida do público-alvo (relatórios técnicos como instrumentos de acompanhamento evolutivo de suas ações junto à comunidade, como resposta para orientar a reformulação das políticas em um modelo *input-output*, de melhoria contínua). Para isso, propõe-se a criação de comitês de avaliação das ações (resultados e impactos) para orientar e apoiar a atualização de políticas e o planejamento de medidas efetivas para promover o desenvolvimento regional e a geração de renda para os produtores rurais familiares.

Referências

- AZEVEDO, F. F.; PESSÔA, V. L. S. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil: uma análise sobre a distribuição regional e setorial dos recursos. **Sociedade & Natureza**, v. 3, n. 23, p. 483-496, 2011.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa Edições 70. Lisboa, 2006.
- BASTARZ, C.; SOUZA, M. Origem e motivações das caminhadas na natureza no território Vale do Ivaí - PARANÁ. **Redes - Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 21, n. 3, p. 277-299, 2016.
- BEGININI, R. S. B. **O turismo rural como estratégia de desenvolvimento local no município de Rio Preto da Eva**. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Faculdade de Estudos Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.
- BONETTI, L. A.; CANDIOTTO, L. Z. P. Políticas Públicas Federais de Turismo Rural e o Turismo Rural Na Agricultura Familiar (TRAF). In: XXI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. TERRITÓRIOS EM DISPUTA: OS DESAFIOS DA GEOGRAFIA AGRÁRIA NAS CONTRADIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO, **Anais...**, out. 2012, Uberlândia, 2012, p. 1-17.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar** (PNTRAF). Brasília, 2004.
- _____. Secretaria Especial de Agricultura Familiar do Desenvolvimento Agrário. Institucional. Disponível em <www.mda.gov.br>. Acesso em 20/10/2021.
- CANDIOTTO, L. Z. P. Políticas públicas federais de turismo rural e o turismo rural na agricultura familiar (TRAF). In: XXI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA TERRITÓRIOS EM DISPUTA: OS DESAFIOS DA GEOGRAFIA AGRÁRIA NAS CONTRADIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO, **Anais...**, out. 2012, Uberlândia, 2012.
- CARMO, J. G.; CLEMENTE, E. C. A contribuição do PRONAF para o desenvolvimento rural: uma análise dos seus efeitos e desdobramentos para os assentados rurais nos municípios de Teodoro Sampaio e Caiuá – SP. **Revista Tamoios**, v. 14, n. 1, p. 31-50, 2018.
- GOERCK, G. U. Turismo rural na agricultura familiar: análise dos subsídios repassados aos agricultores pelas entidades ligadas à área rural em Santa Cruz do Sul. **Ágora**, v. (19)1, p. 75-84, 2017. <https://doi.org/10.17058/agora.v19i1.8596>
- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **O que fazemos**. Disponível em <www.embrapa.br> Acesso em 18/09/2021.
- FOSSÁ, J. L.; COMERLATTO, D.; MATTEI, L. F. O programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF) na percepção de agricultores familiares. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, v. 7, n. 5, p. 670-693, 2018.
- GALDINO, L. C. F.; COSTA, M. L. Análise das principais políticas públicas de turismo no Brasil, da década de 1990 à atualidade. Observatório de Inovação do Turismo. **Revista Acadêmica**, v. 16, n. 4, p. 1-24, 2011.
- GRIS, V. G. C.; LAGO, S. M. S.; BRANDALISE, L. T. Sucessão da agricultura familiar: produção científica brasileira na área de administração pública e de empresas, ciências contábeis e turismo (2004-2016). **Extensão rural**, v. 24, 2017.
- IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**: Agricultura Familiar. Rio de Janeiro, p. 1-267, 2006.
- INPI, INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL. **Indicação Geográfica**. Disponível em <www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas>. Acesso em 25/09/2021.

EMATER, INSTITUTO PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Projeto Turismo Rural**. Disponível em <www.emater.pr.gov.br>. Acesso em 29/09/2021.

MAIA, E. M. M. um estudo de caso no assentamento Tijuca Boa Vista em Turismo rural na agricultura familiar. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 15, n. 1, p. 1–19, 2015.

MARINS, M. F.; CABRAL, D. H. Q. O papel da indicação geográfica como propulsor da inovação e do desenvolvimento local: caso Vale dos Vinhedos. **Cadernos de Prospecção**, v. 8, n. 2, p. 405–413, 2015.

MATIAS, L. F.; MASCARENHAS, R. G. T. Culinária tropeira e suas potencialidades no turismo dos campos gerais do Paraná: uma análise nos municípios de Castro, Lapa e Tibagi. **Revista de Cultura e Turismo**, v. 2, n. 2, p. 17–46, 2008.

MATTEI, L. Evolução do crédito do PRONAF para as categorias de agricultores familiares A e A/C entre 2000 e 2010. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, n.3, p. 58-69, 2014.

MIELKE, E. J. C. Cooperativas de turismo: uma estratégia ao desenvolvimento turístico integrado – análise do roteiro dos imigrantes (PARANÁ, BRASIL). **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 4, n. 1, p. 92–111, 2010.

MIELKE, E. J. C.; PEGAS, F. V. Turismo de Base Comunitária no Brasil. Insustentabilidade é uma Questão de Gestão. **Revista turismo em análise**, v. 24, n. 1, p. 170–189, 2013.

NASCIMENTO, J. S.; NUNES, G. S.; BANDEIRA, M. G. A. A importância de uma indicação geográfica no desenvolvimento do turismo de uma região. **Revista Gestão, Inovação e Tecnologia**, v. 2, n. 4, p. 365–377, 2012.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)**. Disponível em <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em 25/09/2021.

PADILHA, A.C.M.; AZEVEDO, J.B.; WITTMANN, M.L.; DOCENA, L.T.; FAGUNDES, P.M. Turismo rural e recursos hídricos no município de Carazinho (RS): um estudo empírico identificando oportunidades e desafios. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 8, n. 1, p. 74–92, 2015.

PARANÁ. Casa Civil. Secretaria de Estado do Turismo. **Programa de Turismo Rural do Paraná**. Curitiba, 2007.

_____. Secretaria do Esporte e do Turismo. **Paraná Projetos**. Disponível em <www.paranaprojetos.pr.gov.br>. Acesso em 03/09/2021.

_____. Secretaria do Esporte e do Turismo. **Paraná Turismo**. Institucional. Disponível em <www.turismo.pr.gov.br/modules/institucional-pt/>. Acesso em 29/09/2021.

PAULA, M. M. DE; KAMIMURA, Q. P.; SILVA, J. L. G. DA. Mercados institucionais na agricultura familiar. **Revista de Política Agrícola**, v. Ano XXIII, n. 1, p. 33–43, 2014.

RAMEH, L. M.; SANTOS, M. S. T. Extensão rural e turismo na agricultura familiar: encontros e desencontros no campo pernambucano. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 11, n. 1, p. 49–66, 2011.

RIVA, G.; BERTOLINI, G. R. F. Perspectiva do turismo rural como alternativa de renda para agricultura familiar. **Desenvolvimento em Questão**, n. 38, p. 197-227, 2017.

RODRIGUES, A. B. Turismo rural no Brasil – Ensaio de uma tipologia. RODRIGUES, A. B. [Org.] In: **Turismo rural: práticas e perspectivas**. (Coleção Hucitec), 2001, 274p.

SANTOS, R. O.; SOARES, N. S.; RABELO, F. G.; ABREU, J. C. Extensão rural na agricultura familiar: as características de uma família agrícola no município de Santana, Amapá, Brasil. **Revista Ciência em Extensão**, v. 14, n. 4, p. 97–112, 2018.

SEBRAE, SERVIÇO NACIONAL DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **O que fazemos**. Disponível em <www.sebrae.com.br>. Acesso em 03/10/2021.

SOARES, J. G.; SAHR, C. L. L. Ação coletiva , cooperativismo e turismo : Estudo de caso da Comunidade Menonita de Witmarsum (Paraná/Brasil). **Revista de Turismo e Patrimônio Cultural**, v. 14, n. 1, p. 111–125, 2016.

SOUZA, K. R.; BORÉM, R. A. T.; ALVES, H. M. R. Turismo rural: alternativa de melhoria para a agricultura familiar do Sul de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 6, n. 5, p. 990-1015, 2014.

SOUZA, R. S. As políticas públicas de turismo no Brasil e no Ceará entre 1990-2010 e suas contribuições para o desenvolvimento econômico e social. **Caderno de Cultura e Ciência**, v. 12, n. 2, p. 116-132, 2013.

STRATE, M.F., CONTERATO, M.A. Agroindustrialização e arranjos produtivos locais como estratégia de diversificar e fortalecer a agricultura familiar no RS. **Guaju - Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável**, v. 4, n. 2, p. 48-62, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/guaju.v4i2.61101>

TOMIO, M.; SCHMIDT, C. M. Governança e Ações Coletivas no Turismo Regional: a experiência dos Empreendedores da Região Oeste do Paraná. **Revista Turismo Visão e Ação**, v. 16, n. 3, p. 710–739, 2014.

TONIOL, R.; STEIL, C. A. O Idioma Ambiental e a Promoção de Caminhadas na Natureza: etnografia de uma política de turismo rural no Vale do Ivaí, Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.122, p. 293-322, 2012.

VIANA, L. J. T.; CUNHA, D. R. DA; ANJOS, F. A. DOS. A Comercialização do Produto Turístico Associado à Infra-Estrutura e Desenvolvimento: Análise da Rota dos Tropeiros/PR. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 9, p. 48–58, 2009.

ZDEPSKI, F. B.; BULGACOV, Y. L. M. Sentido e significado da inovação em turismo na Colônia Witmarsum (Paraná). **Caderno Virtual de Turismo**, v. 14, n. 3, p. 265–279, 2014.